



**MINISTÉRIO DO TRABALHO E EMPREGO  
CONSELHO DE RELAÇÕES DO TRABALHO**

**15ª REUNIÃO DO CONSELHO DE RELAÇÕES DO TRABALHO**

**Ata da ordem do dia 16 de outubro de 2013.**

**BRASÍLIA – DF**

**MINISTÉRIO DO TRABALHO E EMPREGO**  
**CONSELHO DE RELAÇÕES DO TRABALHO - CRT**

**ATA DA 15ª REUNIÃO DO CONSELHO DE RELAÇÕES DO TRABALHO - CRT**

**Local:** Sala 433 – Edifício Sede do MTE - Brasília - DF

**Data:** 16 de outubro de 2013.

1 Aos dezesseis dias do mês de outubro de dois mil e treze teve início a 15ª Reunião do Conselho de  
2 Relações do Trabalho - CRT, sob a Coordenação do Sr. Manoel Messias Nascimento Melo –  
3 Secretário de Relações do Trabalho. Estiveram presentes os seguintes participantes: Carlos Alberto  
4 Pereira – CGTB; Rosana Sousa de Deus – CUT; Jacy Afonso de Melo – CUT; Valeir Ertle – CUT;  
5 Danilo Pereira da Silva - FS; Sebastião José da Silva – NCST; Francisco Canindé Pegado – UGT;  
6 Rodrigo Minotto – GM; Eudes da Silva Carneiro – SRT; Admilson Moreira dos Santos – SRT;  
7 Maurício Gasparino da Silva – SIT; Ione Rocha Torres Mendes - SRT; Nilton Fraiberg – SE; Alex  
8 Sandro Gonçalves Pereira – SE; Roberto Marinho – SENAES; Adriana Giuntini – CNT; Cristiano  
9 Zaranza – CNA; João Adilberto Pereira Xavier – CNS; Rafael Ernesto Kieckbusch – CNI; Willian  
10 Soares Oliveira – CNCOOP; Joicy Damares Pereira – CNS; Magnus Ribas Apostólico – CONSIF;  
11 Danilo Piva Júnior – CNTUR; Alan Alpin Mc Gregor – CNC; Pablo Rolim Carneiro - CNI.  
12 **ABERTURA:** O Sr. Manoel Messias Nascimento Melo – Secretário de Relações do Trabalho inicia  
13 a reunião cumprimentando a todos e comenta sobre um problema enfrentado com pedidos  
14 mudanças de datas da reunião do Conselho e das Câmaras Bipartites do Trabalho. Discorre que  
15 gostaria que mantivessem as reuniões, pois existe uma imensa dificuldade de conciliar uma nova  
16 data e relata que qualquer mudança de data deve ser acordada primeiro dentro da bancada, e com a  
17 outra bancada, com antecedência. A Sra. Coordenadora da Bancada dos Empregadores, Adriana  
18 Giuntini da Confederação Nacional do Transporte - CNT explana que caso não seja possível o  
19 cumprimento das datas acordadas, que a sugestão da alteração da data seja feita com cinco dias de  
20 antecedência. O Sr. Manoel Messias Nascimento Melo discorre que o primeiro ponto a ser  
21 trabalhado é a aprovação das duas atas da 13ª e 14ª Reuniões e questiona se há alguma sugestão de  
22 alteração. A Sra. Coordenadora Adriana Giuntini sugere substituir na linha 79 da 13ª Reunião  
23 *“tabela de categorias que são comumente aceitas”*, por *“quadro de atividades legalmente*  
24 *instituído.”*. O Sr. Manoel Messias Nascimento Melo relata que existem conselheiros que entende  
25 que o quadro está vigente e outros não e que sugeriu analisar a tabela de categorias. Se for colocado  
26 o termo *“legalmente instituído”* haverá algumas divergências, pois muitos concordam que esteja  
27 vigente. O Sr. Valeir Ertle – CUT afirma que a ata deve ser condizente com o debate. O Sr. Manoel  
28 Messias Nascimento Melo sugere a seguinte frase: *“Estabelecido e consolidado no Ministério dá*  
29 *razão a quem entende que o quadro de atividades é que deve ser seguido e, ao mesmo tempo, o que*  
30 *entende que não é, também está contemplado, ficamos de resolver a questão formal-legal quando*  
31 *tivesse a tabela pronta.”*. A Sra. Coordenadora Adriana Giuntini sugere mais uma alteração nas  
32 linhas 105 e 106. O Sr. Manoel Messias Nascimento Melo discorre que deve ser redigida assim:  
33 *“foram criadas duas filas, está disponível na internet duas filas de processos, os de primeiro grau,*  
34 *que é a fila está numerado e o do segundo grau que é das Federações e Confederações.”*. Havia  
35 nesse momento uma divergência na informação que apareceu no extrato individual a posição na  
36 fila, no caso da Federação estava havendo divergências, mas já corrigidas. A Sra. Coordenadora  
37 Adriana Giuntini sugere deixar para aprovar a redação na próxima reunião. O Sr. Pereira entende  
38 que a linha 98 está confusa a formulação. *“Messias informou que essa pauta das centrais sindicais*  
39 *que possuem participação no Conselho e que foram publicadas no Diário Oficial.* Discorre que a  
40 houve recurso da CGTB quanto ao modo de aferição utilizado pelo Ministério, porém não houve

41 êxito, não deveria constar. O Sr. Manoel Messias Nascimento Melo explana que nessa reunião do  
42 Conselho não tinha liminar ainda e segue para a ata da 14ª Reunião. A Sra. Coordenadora Adriana  
43 Giuntini sugere colocar na linha 167 a seguinte redação: “*A Senhora Adriana entende que essa*  
44 *discussão deve ficar nos estudos específicos que foram criados para a nova central sindical.*”. O Sr.  
45 Manoel Messias Nascimento Melo relata que as atas foram aprovadas com ressalva e segue para o  
46 próximo item da pauta sobre a análise do pedido de prorrogação do prazo para conclusão dos  
47 trabalhos do GT - Ponto Eletrônico, instituído pela Portaria nº 836, desde 12 de junho de 2013. O  
48 Sr. Admilson Moreira dos Santos – SRT cumprimenta a todos e explana que houve uma discussão  
49 dentro do grupo de fazer reuniões bipartites, Governo/trabalhadores e Governo/empregadores. Foi  
50 agendada uma reunião para sexta-feira passada, em que reuniu com os empregadores para entender  
51 melhor a proposição que estava sendo feita e segunda-feira houve uma tentativa de reunir com os  
52 trabalhadores, mas por problema de agenda não foi possível. Discorre que o prazo para conclusão  
53 dos trabalhos era até o dia 21 de setembro e que surgiram outras discussões e por isso é necessário  
54 renovar o trabalho do grupo por mais 90 dias. O Sr. Manoel Messias Nascimento Melo relata que  
55 possui uma questão formal com o adiamento da reunião do Conselho e que o jurídico aconselhou  
56 que fosse melhor submeter à decisão de colocar retroativo do que colocar *ad referendum*. Então, a  
57 solução formal pode ser prorrogar por 90 dias ou uma nova Portaria reativando o grupo por 90 dias  
58 de prazo. Relata que a Secretaria de Relação do Trabalho está preocupada com esse grupo e teme  
59 fazer a prorrogação e chegar ao final de 90 dias sem resultado. O Sr. Maurício Gasparino da Silva –  
60 SIT/MTE cumprimenta a todos e relata que o grupo está em andamento, mas tem tido alguns  
61 problemas de encontrar soluções de segurança para o sistema alternativo. Entende que o debate  
62 deve continuar e que necessariamente haverá a substituição de um membro que está deixando a  
63 Secretaria. O Sr. Valeir Ertle cumprimenta a todos e relata que houve uma reunião ontem do grupo  
64 de trabalho do ponto eletrônico e conseguiu ter avanços significativos. Entende que não sabe se o  
65 grupo vai conseguir no final ter a conclusão que todos gostariam, mas tem certeza que será  
66 produzido e melhorado o debate. O Sr. Magnus Ribas Apostólico – CONSIF entende que houve  
67 certa dificuldade no início da reunião, mas foi definido um caminho que levará à conclusão. O Sr.  
68 Manoel Messias Nascimento Melo explana que com a concordância das bancadas será fixado o  
69 prazo de 90 dias, encontrando a melhor forma jurídica, e passa para o próximo ponto sobre a  
70 discussão das diretrizes apresentadas na reunião do dia 21 de maio, com vistas à aprovação de  
71 resolução que tratará da tramitação dos processos de reconhecimento de categorias para fins de  
72 registro sindical. Esclarece que a nova Portaria de registro prevê que em havendo dúvida do  
73 Ministério do Trabalho sobre a caracterização de uma determinada categoria que está sendo  
74 pleiteada, a Secretaria enviaria para o Conselho de Relação de Trabalho para que opinasse sobre a  
75 pretensa categoria. No dia 21 de maio foram apresentadas uma série de questões para serem  
76 respondidas pelas bancadas, mas não foi possível. Na reunião de Coordenação foi decidido que era  
77 importante que as duas bancadas apresentassem as suas respostas e como seria a tramitação do  
78 processo. O Sr. Francisco Canindé Pegado – UGT cumprimenta aos presentes e diz que foi  
79 discutida a agenda das 14 indagações e viu que estão mais ou menos atreladas à questão da tabela  
80 de categoria. Foi decidido aguardar a nova tabela de categorias, que trará definições de categorias  
81 novas e categorias já existentes, afastando do âmbito da CRT o debate. A Sra. Coordenadora  
82 Adriana Giuntini relata que a bancada dos empregadores também se reuniu e sugeriu que seja  
83 constituída uma Câmara Tripartite de registro sindical consultivo com a mesma composição que  
84 existe no Conselho para não cair na questão da legalidade, no conflito relacionado à parte  
85 profissional e uma Câmara Bipartite solucionando a questão da categoria econômica. O Sr. Manoel  
86 Messias Nascimento explana que há duas sugestões distintas. A primeira, da bancada dos  
87 trabalhadores, do esgotamento do debate da tabela de categoria e ao final do processo, retomar o

88 debate com eventuais novas categorias. A segunda, da bancada dos empregadores, de criação de  
89 uma Câmara própria de registro sindical com suas etapas tripartites. Também foi recebida uma  
90 proposição que é de formalizar um grupo técnico tripartite para que os eventuais processos fossem  
91 primeiro analisados no curso da ideia sindical para evitar que o Conselho ficasse assoberbado por  
92 um debate da categoria. Ressalta que independente do formato deve ser começado a formatar o que  
93 seria uma Resolução do Conselho sobre o tema. Entende que poderia deixar para discutir quando  
94 terminar a tabela de categorias. O Sr. Francisco Canindé Pegado relata que o pensamento da UGT é  
95 não colocar esse tipo de discussão no pleno do CRT e não criar uma nova Câmara específica,  
96 apenas utilizar as Câmaras bipartites existentes e trabalhar na solução dos conflitos. O Sr. Valeir  
97 Ertle explana que uma questão em função da lei é debater as questões referentes à tabela de  
98 categorias dos trabalhadores na Câmara Bipartite e se tiver que referendar no regimento, não tem  
99 necessidade de referendar no Conselho. A Sra. Coordenadora Adriana Giuntini entende que a  
100 tripartite é importante, pois tem uma definição clara se a atividade é patronal ou profissional. O Sr.  
101 Magnus Ribas Apostólico complementa que tem visto em várias situações que a demanda chega e  
102 não consegue identificar sem uma discussão. A única função em uma reunião tripartite de uma  
103 Câmara é decidir se é um assunto para a bipartite dos trabalhadores ou para bipartite dos  
104 empregadores, não definindo mais nada. O Sr. Valeir Ertle discorre que no entendimento da CUT,  
105 não há necessidade de criar mais um grupo tripartite específico para isso. Se houver divergência nas  
106 duas Câmaras Bipartite, tanto na patronal tanto na dos trabalhadores, vai para o Conselho. O Sr.  
107 Pereira entende que as consultas devem ser separadas, se houver necessidade de excepcionalmente  
108 de uma consulta em uma questão comum. Relata que a preocupação de caráter geral é que se  
109 transforme na Comissão de Enquadramento e que possui problemas internos de representação que  
110 precisam ser administrados. Então é um trabalho de consulta para questões absolutamente  
111 essenciais de significado mais profundo. A CGTB não concorda em criar uma nova Comissão de  
112 enquadramento. O Sr. Danilo Piva Júnior – CNTUR entende que o primeiro ponto é discutir a  
113 tabela de categorias e o segundo ter duas bancadas bipartites para discutir tecnicamente o problema.  
114 O Sr. Manoel Messias Nascimento Melo explana que na última reunião do Conselho foi feita uma  
115 proposta na bancada dos trabalhadores de criar, como exemplo do CODEFAT, um Grupo  
116 Permanente de Assessoramento. Relata que talvez devesse pensar no seguinte procedimento,  
117 institucionalizar depois no regimento a reunião da coordenação das bancadas, apoiada por um grupo  
118 e institucionalizar o grupo de apoio técnico, pois a questão de registro sindical de categoria tem um  
119 registro muito técnico, que em seguida seria encaminhado para a Câmara. Então teria uma instância  
120 de conhecimento eventualmente de divergências em relação à Secretaria, sempre teria um espaço  
121 para resolver, vindo para a Câmara as opiniões, mas ao ter um espaço que todos tomam  
122 conhecimento do que está sendo discutindo, também permite um espaço de intervenção. Tem que  
123 haver um espaço tripartite que se possa verificar algum problema. Segue para o próximo item de  
124 pauta sobre a Ordem dos Músicos e discorre que há algum tempo houve uma proposição de  
125 mudança da legislação que trata da Ordem dos Músicos. A Bancada dos Trabalhadores apresentou  
126 uma proposição na reunião do Conselho há três meses e foi perguntado para os empregadores se  
127 havia interesse em discutir o tema da Ordem dos Músicos. A Sra. Coordenadora Adriana Giuntini  
128 explica que querem discutir o tema, mas vão precisar de mais uma reunião, talvez. O Sr. Manoel  
129 Messias Nascimento Melo relata que estará pautado para a próxima reunião o assunto e com a  
130 reunião de coordenação resolve se mantém ou não. O Sr. Francisco Canindé Pegado explana que  
131 compreende que o assunto foi trazido para o Conselho de Relações do Trabalho e existe uma falta  
132 de sintonia entre os representantes das categorias. Foi discutido que seria feita mais uma tentativa  
133 junto com as partes representativas do segmento dos músicos, sendo intermediado pela Câmara  
134 Bipartite. A Bancada dos Trabalhadores tentou ajudá-los a chegar a um denominador comum com a

135 presença do Ministério do Trabalho. A Nota Contratual seria exclusivamente emitida pela entidade  
136 sindical pelo novo Relatório que a Federação enviou. O Sr. Manoel Messias Nascimento Melo  
137 informa que foi apresentada a proposição e foi disponibilizada para todos os Conselhos. A Bancada  
138 dos Empregadores solicitou um tempo para ver se teria interesse de se posicionar sobre o tema.  
139 Como o tema voltará necessariamente para o Conselho, entendendo a nova posição dos  
140 trabalhadores, será apresentado e elaborado um entendimento para o ponto. Informa que será dado  
141 conhecimento da Secretaria de Inspeção do Trabalho e será solicitado que a mesma acompanhe o  
142 debate. O Sr. Pereira explana que a Federação através dos seus sindicatos encaminhou à CGTB a  
143 revisão dos dois pontos problemáticos que foram levantados. A preocupação da Federação e dos  
144 sindicatos que reuniram para melhorar a nota Contratual Eletrônica, criando condições de  
145 recolhimento, regularizando, garantindo mais direito aos músicos. Considera inclusivamente  
146 sindical e para retirar a nota acabaria responsabilizando o sindicato pelo emprego e desvirtuando da  
147 sua função. Então, a preocupação é ter uma boa nota que tenha condições de funcionamento  
148 contratual e também separar a categoria dos músicos e dos técnicos de diversões. O Sr. Alain Alpin  
149 Mac Gregor – CNC questiona se não é melhor acabarem de fazer o acerto e retornar para os  
150 empregadores, se já está predisposto a ter alguma alteração do que foi proposto anteriormente por  
151 parte da Bancada dos Trabalhadores. O Sr. Manoel Messias Nascimento Melo explana que deixará  
152 pautado para não perder o controle e então o encaminhamento fica com a continuação na ordem do  
153 dia a questão de eventual mudança na Lei em relação à Ordem dos Músicos; os trabalhadores vão  
154 rediscutir esse tema na sua bancada, junto com o Ministério do Trabalho. Será verificado se o  
155 debate acontecerá na próxima reunião ou para a seguinte em função do conteúdo que possui.  
156 Informa que está acompanhando a reunião o pesquisador Eduardo Ângelo da Silva, que está  
157 elaborando um projeto em parceria com a Secretaria-Geral da Presidência da República sobre  
158 movimentos sociais e esfera pública. Informa também que será criado o Grupo de Trabalho para  
159 discussão sobre a questão de repositores e demonstradores de produto e também que aguardará a  
160 indicação dos representantes das Bancadas dos Trabalhadores e dos Empregadores. Relata que  
161 chegou uma demanda da ABRAS para acompanhar a discussão como observador da Bancadas dos  
162 Empregadores. Do ponto de vista dos trabalhadores chegou a demanda para participar como  
163 observador da reunião a CNTC, que não é filiada a nenhuma central e questiona se as bancadas  
164 concordam com a possibilidade do acompanhamento. O Sr. Francisco Canindé Pegado entende que  
165 independentemente da Confederação específica estar solicitando a participação na qualidade de  
166 observadora, permeia por todas as centrais por não ser filiada a nenhuma central sindical. Explana  
167 que como tem na frente outros pedidos também voltados para praticamente a mesma demanda, que  
168 é a participação de outras Centrais e do Fórum Sindical dos Trabalhadores, também no âmbito do  
169 Conselho, foi decido que ficaria adotada a mesma proposta tomada na Câmara Bipartite de não  
170 aceitar. Entende que deve manter a postura de flexibilização apenas quando perceber que mexe  
171 muito no cenário de uma determinada entidade. O Sr. Manoel Messias Nascimento Melo discorre  
172 que a situação tem que ficar clara, que o Conselho é uma composição baseada na Lei e que tem se  
173 dito isso do ponto de vista da representação dos trabalhadores e das Confederações patronais, que  
174 quando for tratar de um tema muito específico de uma categoria, que seja dada a possibilidade,  
175 nesse momento, do convite às entidades nacionais. De qualquer forma, o pleito é muito específico,  
176 mas o Regimento diz que a discussão tem que ser uma discussão definida no Conselho e com a  
177 bancada bipartite, quando for o caso de uma questão bipartite. O Sr. Manoel Messias Nascimento  
178 Melo sugere que a reunião de instalação de grupo de trabalho para a realização de estudos técnicos  
179 sobre as atividades de demonstradores e promotores de vendas e a elaboração do plano de trabalho  
180 seja no dia seis de novembro, à tarde. Todos os participantes concordam com a sugestão e iniciam  
181 um debate sobre a correta nomenclatura do grupo. O Sr. Manoel Messias Nascimento Melo lê a

182 proposta para tentar definir o nome: *O Presidente do Conselho de Relações do trabalho interino,*  
183 *em exercício no uso das suas atribuições legais, tendo vista o disposto no Artigo e aprovação pelas*  
184 *bancadas da Décima Quarta reunião do Conselho, realizada no dia 17 de agosto de 2013, resolve:*  
185 *Artigo Primeiro, constituir grupos de trabalho com a finalidade de realizar estudos técnicos com o*  
186 *objetivo de identificar eventuais problemas, apresentar propostas de soluções referentes aos limites*  
187 *de atividade de promotor de vendas e repositor de mercadorias.”* O Sr. Magnus Ribas Apostólico  
188 sugere colocar em algum lugar reposição de mercadoria, pois está pré-definido. O Sr. Manoel  
189 Messias Nascimento Melo entende que deve colocar o que será estudado, promotor de venda e  
190 demonstradores de mercadorias. O Sr. Valeir Ertle explana que a questão não apenas se refere à  
191 reposição de mercadoria pelo que foi apresentado; tem outras questões que vão ser debatidas no  
192 grupo de trabalho. O Sr. Manoel Messias Nascimento Melo relata que tudo decorre da questão de  
193 reposição de mercadoria, todo o debate, sejam da fiscalização, seja do Ministério Público do  
194 Trabalho, seja a questão dos sindicatos dos trabalhadores que tem questionamento e da ABRAS. O  
195 que o demonstrador e promotor podem fazer no que se refere à reposição de mercadorias, foi o  
196 limite na questão. Segue para o próximo ponto de pauta: trabalho temporário, onde foi encaminhada  
197 para a Consultoria Jurídica uma Minuta da nova Portaria. Desde que foi apresentada pela última  
198 vez, recebeu uma sugestão da Bancada dos Trabalhadores. A Bancada dos Empregadores  
199 questionou na realidade a impossibilidade de prorrogação do contrato de trabalho temporário no  
200 caso de acréscimo extraordinário de serviço. Insistindo que no caso deve ser prevista a possibilidade  
201 de prorrogação do contrato de três meses. E a Bancada dos Trabalhadores questionou a prorrogação  
202 no caso da substituição de trabalhadores, por mais três meses. Em caso de acréscimo extraordinário  
203 de serviço manteve sem possibilidade de prorrogação por mais até seis meses. Após a Consultoria  
204 Jurídica emitir o seu parecer, será apresentado ao Ministro a Portaria. O Sr. Francisco Canindé  
205 Pegado indaga se o contrato de trabalho temporário não poderá totalizar um período superior a seis  
206 meses, compreendido entre o prazo inicial e a prorrogação. O Sr. Manoel Messias Nascimento Melo  
207 responde que não, o contrato inicial é de até três meses e que não há prorrogação para acréscimo  
208 extraordinário de serviço. No caso de substituição de funcionário, por até seis meses além do  
209 terceiro mês. Seguindo para o próximo ponto: Tabela de Categorias, explana que o prazo está se  
210 esgotando, pois a perspectiva era que no primeiro trimestre de 2014 seria implantada a nova versão  
211 do Cadastro Nacional de Entidades Sindicais. Foi solicitado que fossem encaminhadas as propostas  
212 das várias centrais até o dia 11 de outubro. Cinco das seis centrais apresentaram as suas propostas.  
213 O Sr. Manoel Messias Nascimento Melo relata que foi previsto um Seminário com a Bancada dos  
214 Trabalhadores para os dias 29 e 30 e que gostaria de confirmar com a bancada essa data, o local e o  
215 horário. O Sr. Valeir Ertle explana que na reunião foi decidido que cada central indicaria uma pessoa  
216 para ajudar a organizar o Seminário e que a indicada pela CUT é a Sra. Daniele. O Sr. Pereira  
217 informa que deve definir se o Seminário será em São Paulo ou em Brasília. Ficaria bom a Comissão  
218 estar sediada em São Paulo e não em Brasília. O Sr. Manoel Messias Nascimento Melo explana que  
219 Ministério preferiria que o Seminário fosse em Brasília, mas se for em São Paulo deve ser acertado  
220 logo, pois existem um conjunto de questões legais que obrigam a trabalhar com o tempo. Questiona  
221 se a Bancada dos Empregadores chegaram a alguma proposta de data para retomar o seu debate. A  
222 Sra. Coordenadora Adriana Giuntini relata que tem que ser depois do dia quatro de novembro. O Sr.  
223 Manoel Messias Nascimento Melo discorre que para sistematizar as propostas das centrais  
224 sindicais, que já foram apresentadas, sugere que fosse feita uma sistematização dessas propostas  
225 com a participação do Ministério, das centrais e do DIEESE num grupo menor para tentar  
226 arredondar alguns pontos antes de fazer o Seminário. A ideia é fazer posteriormente num grupo  
227 como o da Aferição, em que fosse garantida a participação de todas as centrais. O Sr. Francisco  
228 Canindé Pegado explana que foi decidido na 13ª reunião que o trabalho de sistematizar era do

229 Ministério. O Sr. Manoel Messias Nascimento Melo relata que o Ministério pode sistematizar, mas  
230 está valendo que um trabalho com representantes em um grupo menor seja melhor e que traria para  
231 o Seminário um material trabalhado. Propõe então no lugar do Seminário nos dias 29 e 30 uma  
232 reunião de um grupo de trabalho para fazer a sistematização em conjunto com os trabalhadores. O  
233 Sr. Jacy Afonso de Melo – CUT relata que a CUT gostaria de saber a opinião da Força Sindical,  
234 antes de combinar uma data em razão do não envio da proposição da Força. O Sr. Manoel Messias  
235 explana que a reunião com a Bancada dos Empregadores será no dia 22 de novembro. O Sr. Valeir  
236 Ertle menciona que tem uma questão sobre a tabela de categorias e sugere que assim que a Força  
237 Sindical encaminhasse a proposta. Que fosse encaminhada para todos os membros da Bancada dos  
238 Trabalhadores a proposta de tabela que cada central elaborou, para fazer uma análise previa. O Sr.  
239 Manoel Messias Nascimento Melo relata que não fará nada sem a concordância de todos e segue  
240 para o próximo item: participação de outras centrais sindicais e do Fórum Sindical dos  
241 Trabalhadores como membro efetivo do Conselho e propõe discutir com a Bancada dos  
242 Trabalhadores esse tema. Informa que o Conselho encaminhou para a CONJUR o expediente da  
243 CSP - CONLUTAS, que trata sobre a Portaria 194, de 2008 que não atenderia à lei. O Sr. Manoel  
244 Messias Melo explana que possui três informes. O primeiro é que foi publicado no dia 11 deste  
245 mês, uma Portaria equalizando as exigências de fornecimento de informações sobre a contribuição  
246 sindical rural. O segundo é que está em negociação com a Caixa Econômica Federal para elaborar  
247 uma Portaria no que se refere à regulamentação da contribuição sindical urbana. Está sendo  
248 negociado que o código da entidade sindical passe a ser emitido pelo Ministério do Trabalho e  
249 Emprego, uma exigência do TCU para que o Ministério melhore o controle das informações e dos  
250 montantes arrecadados. A Sra. Coordenadora Adriana Giuntini relata que em relação aos serviços  
251 da Caixa, não há como fazer qualquer modificação na guia para este ano. O Sr. Manoel Messias  
252 Nascimento Melo explana que a Caixa já está preparando uma nova versão do seu sistema e não  
253 afetará o ciclo que se inicia com a arrecadação em 1º de janeiro. A Sra. Coordenadora Adriana  
254 Giuntini entende que tem muito a colaborar com essa nova proposta. O Sr. Manoel Messias  
255 Nascimento Melo relata que outro ponto que quer discutir com as bancadas é a possibilidade de  
256 fazer um projeto de Lei regulamentando, regularizando melhor a contribuição sindical. Chegou a  
257 ser elaborado um projeto de Lei e estava tramitando no Governo, mas foi recolhido e está sendo  
258 reconstituído um grupo de trabalho no Ministério do Trabalho para analisar se está adequado à  
259 realidade de hoje. Alguns dos aspectos que estavam nesse projeto de Lei está constando no projeto  
260 de Lei que tramita na Câmara dos Deputados, particularmente quanto à correção de valores. Sugere  
261 incluir este tema como ponto de pauta do Conselho, cada um trazendo os projetos de lei e que pode  
262 trazer inclusive a proposta de PL que o Ministério do Trabalho preparou para a questão de  
263 atualização de valores e regulamentação. Informa que então na próxima reunião haverá a discussão  
264 sobre a Ordem do Músicos e contribuição sindical incluindo os projetos de Lei que estão  
265 tramitando. O Sr. Valeir Ertle entende já que o Ministério do Trabalho irá compilar todos os  
266 projetos que estão tramitando é bom encaminhar para o Conselho antes. O Sr. Manoel Messias  
267 Nascimento Melo cobra da Bancada dos Trabalhadores a questão dos movimentadores de  
268 mercadorias. O prazo é até 19 de outubro para as federações dos movimentadores de mercadorias  
269 encaminhar suas propostas. O Sr. Francisco Canindé Pegado lembra que na última reunião do  
270 Conselho foi pautado que nesta reunião seria feita uma apresentação por parte da CONDISEF de  
271 um diagnóstico sobre a situação do Ministério do Trabalho e Emprego, mas não houve. E é bom  
272 que o próprio Ministério, a própria Secretaria de Relações de Trabalho responda à CONDISEF. O  
273 Sr. Valeir Ertle entende que foi encaminhado os documentos para o Ministério e é importante fazer  
274 um debate com o mesmo na apresentação. O Sr. Francisco Canindé Pegado relata que estão pedindo  
275 de forma textual e explícita ao Ministério do Trabalho, através do Conselho de Relações do

276 Trabalho que suspenda os efeitos de um termo de cooperação técnica existente entre o Ministério do  
277 Trabalho e o Ministério Público do Trabalho, onde esses dois órgãos se comprometam a trocar  
278 entendimentos com relação a identificar certos elementos consagrados nas convenções e acordos  
279 coletivos de trabalho. Entende que o Ministério Público do Trabalho está interferindo de forma  
280 substancial e prejudicando a ação sindical em muitas categorias. Questiona se o Secretário vai  
281 querer discutir no Conselho bilateralmente sobre o início da aferição. O Sr. Manoel Messias  
282 Nascimento Melo relata que depois dará o informe e passa a palavra para a Bancada dos  
283 Empregadores. O Sr. Francisco Canindé Pegado esclarece que está em andamento um projeto de  
284 Lei relacionado ao direito de greve aos servidores públicos. O Sr. Manoel Messias Nascimento  
285 Melo relata que em relação a esse ponto, o Governo vem tratado a questão do direito de greve junto  
286 com a negociação coletiva dentro da discussão da regulamentação da Convenção 151. O Sr. Valeir  
287 Ertle explana sobre a Comissão Mista no Congresso está discutindo várias questões e entende que é  
288 importante o Conselho participar efetivamente da Comissão Mista. O Sr. Manoel Messias  
289 Nascimento Melo afirma que como Conselho pode fazer um contato com o Senador Romero Jucá  
290 que é o relator daquela Comissão, a Comissão é presidida pelo Deputado Cândido Vacarezza, mas  
291 não tem como exigir a participação. O Sr. João Adilberto Pereira Xavier – CNS volta ao tema dos  
292 repositores e promotores de venda e discorre que na reunião passada o Presidente, Luigi Nese,  
293 solicitou que a Confederação Nacional de Serviços estivesse no grupo de trabalho. O Sr. Manoel  
294 Messias Nascimento Melo comenta que conforme o Regimento, o grupo foi construído por  
295 indicação das bancadas. Prossegue informando que foi publicada a notificação no Diário Oficial da  
296 União de quatrocentas e poucas entidades sindicais irregulares e nos próximos dias deve ser feita a  
297 suspensão daquelas que não buscarem se regularizar ou que não se manifestarem dentro do prazo.  
298 Também era pretendido estar disponibilizado na internet uma lista dos processos que estão em  
299 análise e que nos próximos dias será acrescentado à lista e criada uma informação que fique claro os  
300 processos que estão aguardando distribuição, dos que estão com impugnação, dos que estão com  
301 recurso. Também que já está com a Consultoria Jurídica do Gabinete do Ministro a Portaria da  
302 criação do grupo de trabalho de Aferição. **ENCERRAMENTO:** o secretário informa, também, que  
303 a próxima reunião do Conselho está sendo proposta para 10 de dezembro e não tendo mais nenhum  
304 ponto a ser abordado, o Sr. Manoel Messias Nascimento Melo encerra a reunião.

305  
306 Manoel Messias Nascimento Melo – SRT \_\_\_\_\_

307  
308 Carlos Alberto Pereira – CGTB \_\_\_\_\_

309  
310 Rosana Sousa de Deus – CUT \_\_\_\_\_

311  
312 Jacy Afonso de Melo – CUT \_\_\_\_\_

313  
314 Valeir Ertle – CUT \_\_\_\_\_

315  
316 Danilo Pereira da Silva – FS \_\_\_\_\_

317  
318 Sebastião José da Silva – NCST \_\_\_\_\_

319  
320 Francisco Canindé Pegado – UGT \_\_\_\_\_

321  
322 Rodrigo Minotto – GM \_\_\_\_\_



323 Eudes da Silva Carneiro – SRT \_\_\_\_\_  
324  
325 Ione Rocha Torres Mendes – SRT \_\_\_\_\_  
326  
327 Nilton Fraiberg – SE \_\_\_\_\_  
328  
329 Alex Sandro Gonçalves Pereira – SE \_\_\_\_\_  
330  
331 Roberto Marinho– SENAES \_\_\_\_\_  
332  
333 Adriana Giuntini – CNT \_\_\_\_\_  
334  
335 Cristiano Zaranza –CNA \_\_\_\_\_  
336  
337 João Adilberto Pereira Xavier – CNS \_\_\_\_\_  
338  
339 Rafael Ernerto Kierkbusch – CNI \_\_\_\_\_  
340  
341 Willian Soares Oliveira – CNCOOP \_\_\_\_\_  
342  
343 Joicy Damares Pereira – CNS \_\_\_\_\_  
344  
345 Magnus Ribas Apostólico –CONSIF \_\_\_\_\_  
346  
347 Danilo Piva Júnior – CNTUR \_\_\_\_\_  
348  
349 Alan Alpin Mc Gregor – CNC \_\_\_\_\_  
350  
351 Pablo Rolim Carneiro – CNI \_\_\_\_\_